

MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

CERIMÓNIA DE ASSINATURA DOS ACORDOS ENTRE PORTUGAL E A COMISSÃO EUROPEIA

Intervenção do Ministro do Planeamento

Senhor Ministro do Estado e das Finanças,
Caros Secretários de Estado,
Senhores Presidentes da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, da Agência para o desenvolvimento e Coesão e do GPEARI,
Senhores Dirigentes da Administração Pública,

Portugal sempre ambicionou estar na linha da frente no processo da materialização da histórica decisão assumida pelos líderes europeus na Cimeira em Bruxelas de há precisamente um ano, em julho de 2020, de criar o Pacote do *Next Generation* no valor global de 750 mil Milhões de Euros de ajudas europeias para a saída da crise provocada pela pandemia da COVID-19.

Em primeiro lugar, quisemos estar na linha da frente, porque isso mesmo demandava o programa da nossa Presidência Europeia. “*Time to deliver*”, enunciou o mote da nossa agenda europeia para a União no primeiro semestre deste ano. Mas ambicionávamos também estar a dinamizar o processo porque, ao criar condições para que todos os Estados-Membros dispusessem, no mais curto espaço de tempo possível, dos instrumentos de apoio à recuperação, também nós teríamos a oportunidade de sermos dos primeiros a ter condições de financiar os nossos investimentos e as nossas reformas, para relançar a economia do país e dos territórios.

Quisemos estar entre os primeiros, para puxar pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência: em outubro do ano passado, com a entrega do *draft* do Plano de Recuperação e Resiliência; em 22 de abril deste ano, com a submissão formal do PRR; em 16 de junho, com a aprovação do mesmo pela Comissão Europeia; e em meados de julho com a aprovação final pelo ECOFIN. Hoje, ao assinar estes dois Acordos com a União Europeia, damos por concluída a fase de aprovação do nosso Plano de Recuperação e Resiliência.



Com indisfarçável satisfação, podemos observar que andámos neste processo do PRR ao ritmo que planeámos. Os resultados desta fase estão entregues: estamos a garantir, o mais cedo possível para a economia portuguesa, o instrumento de apoio para a sua recuperação económica e social.

Sem grandes hiatos, temos de passar para a fase subsequente, a mais exigente, a de maior complexidade e a que nos coloca perante objetivos e metodologias mais desafiantes: executar, executar, executar, passará a constituir a 1ª, a 2ª e a 3ª prioridade a partir de agora.

Já sabemos executar o quê: os investimentos e as reformas descritos no Plano, de acordo com os marcos e metas fixados, que determinarão o acesso aos fundos europeus.

Já sabemos até quando: de modo acelerado, no limite até 2026, mas de acordo com o calendário de cada investimento ou de cada reforma.

Também sabemos como executar, isto é, que cuidados a ter de modo a acautelar o uso apropriado dos fundos do PRR; quais as medidas adequadas para prevenir, detetar e corrigir situações de fraude, corrupção e conflitos de interesse; e como recorrer aos mecanismos legais existentes de recuperação de fundos indevidamente aplicados. São tarefas de gestão, controlo e auditoria que estamos já preparados para enfrentar e que trataremos por igual na implementação do PRR.

Para já, contamos que nos próximos dias, a Comissão possa transferir para Portugal os pré-financiamentos no valor global de 2 159 milhões de euros, mais um fator que contribuirá para a aceleração da implementação do PRR em Portugal. Mais um estímulo para Portugal consolidar a dinâmica de recuperação, que já começamos a sentir um pouco, por muitos lados: na economia, nos territórios e nas nossas vidas quotidianas.

O PRR dirá que estará presente nesta dinâmica, ajudando a investir, incentivando a encontrar soluções.

Muito obrigado.

Nelson de Souza
Ministro do Planeamento